

066 - Dr. Antônio Simoens da Silva

Dados Biográficos

Nascimento - 06 de julho de 1807, em Conceição da Praia - BA.

Filiação - Antônio Simoens da Silva e Maria Bárbara do Nascimento.

Formação e atividades principais - Seguiu para Portugal, onde se matriculou na Faculdade de leis da Universidade de Coimbra, cursou até o 4º ano, regressando ao Brasil concluiu seu curso Jurídico na Academia de São Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em 27 de outubro de 1831 na primeira turma formada em Ciências Jurídicas.

Conforme Decreto de 1º de dezembro de 1831 foi nomeado juiz de fora da Ilha Grande e Parati, e em 15 de julho de 1833, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca da Bahia.

Simoens da Silva era chefe de polícia da província da Bahia quando foi debelada nas batalhas de 13 e 16 de março de 1838 a revolta irrompida a 7 de novembro de 1837, sendo restituída a província ao governo legal e os revoltosos à obediência ao governo imperial. Notáveis foram os serviços que então prestou.

O Marechal de Campo João Crisóstomo Calado, Comandante das Armas e incumbido de formar um exército em força e disciplina para opor-se aos revoltosos, em relatório dos acontecimentos do aludido mês de março, referindo-se ao Dr. Simoens da Silva, declara que “distintos serviços prestou à causa da legalidade, sendo que heroicamente conduziu da cidade para Pirajá o corpo policial a cuja frente marchou”.

Foi nomeado Desembargador da Relação do Maranhão em 14 de janeiro de 1839 e da Relação do Rio de Janeiro em 05 de fevereiro seguinte.

Na 5ª legislatura, 1843-1844, foi eleito Deputado por sua província natal à Assembléia Geral Legislativa.

Por três vezes exerceu o cargo de Chefe de Polícia da Corte: interinamente, de 09 a 20 de julho de 1844 e de 14 de maio a 20 de setembro de 1847, e efetivo em 02 de outubro de 1848 até 06 de novembro de 1850, tendo sido exonerado, a pedido, por decreto de 04 do mesmo mês e ano.

Em Decreto de 23 de agosto de 1861 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça - então, Supremo Tribunal Federal, preenchendo a vaga ocorrida com o falecimento de Cipriano José Veloso; tomou posse a 31 do referido mês.

D. Pedro II, em atenção aos serviços do Conselheiro Simoens da Silva, concedeu em 25 de novembro de 1862 aos seus filhos Antonio Delfim Simoens da Silva e Carlos Delfim Simoens da Silva o foro de moços Fidalgos com exercício na casa imperial.

Condecorações - Em decreto de 10 de fevereiro de 1842 foi agraciado com o oficialato da imperial Ordem da Rosa, e com o título do Conselho em decreto de 02 de dezembro de 1849.

Atividades no STM - Conforme Decreto de 15 de junho de 1847, foi nomeado Ministro-Adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça, hoje Superior Tribunal Militar. Tomou posse em 05 de julho do mesmo ano.

Foi casado com Mariana Delfim Pereira, filha dos barões de Sorocaba e neta dos Viscondes de Castro.

Falecimento - 20 de outubro de 1883 no Rio de Janeiro, sendo sepultado no cemitério de São João Batista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações**: Antônio Simoens da Silva. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiro de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar – Ministros do Supremo Tribunal Militar**: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 45-6.

LAGO, Laurênio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-1978. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora. 1978. p. 79-80.

LAGO, Laurênio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-2001. Atualização de Pedro J. X. Mattoso. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 101.